

CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA: UM FRACASSO PARA MARROCOS

Decorreu no passado dia 9 de Março, sob a égide do presidente do Quênia Uhuru Kenyatta, a vídeo-conferência do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS), para análise da situação no Sahara Ocidental¹. Não correu de feição a Marrocos.

Embora não fazendo parte do Conselho, tanto a República Árabe Saharaui Democrática (RASD) como Marrocos foram convidados a juntar-se à reunião e a apresentar as suas posições, criando assim as condições para um novo cessar-fogo e o regresso à mesa de negociações com vista à obtenção de uma solução que permita ao povo saharauí determinar o seu destino em conformidade com as decisões pertinentes da UA e da ONU.

Marrocos, que recusou estar presente, não encontraria na reunião um ambiente diplomático favorável às suas pretensões. Diversos representantes, como o MNE do **Egipto Sameh Shoukry**, enfatizaram a importância das resoluções da UA e do Conselho de Segurança da ONU para alcançar uma solução política na disputa do Sahara Ocidental. Foi também o caso do Presidente da Argélia, Abdelmadjid Tebboune, que apelou à coordenação dos esforços africanos para estabelecer uma solução duradoura para o conflito, tendo afirmado que «o fracasso do cessar-fogo após a violação do acordo em vigor desde 1991 e a perigosa escalada do conflito são apenas o resultado de décadas de bloqueio sistemático e de abrandamento dos Planos de Resolução para contornar o processo de negociação e de tentativas recorrentes para impor um facto consumado a um Estado membro fundador da UA [a RASD]».

O **CPS manifestou-se** assim contra as reivindicações territoriais marroquinas, pois estas violam a Carta da UA, no que se refere a aquisição de territórios pela força, representando uma ameaça para a estabilidade do continente. A reunião decidiu ainda envidar esforços para a reabertura da representação da UA em El Aaiún, a fim de lhe permitir reactivar o seu papel na procura de uma solução, bem como o de reactivar o cargo do Alto Representante da UA encarregado da questão do Sahara (o ex-Presidente moçambicano Joaquim Chissano), cuja missão é de estabelecer contactos com as duas partes em conflito.

Sem data marcada, o CPS decidiu ainda realizar uma missão de campo na região, o mais breve possível, a fim de monitorizar a situação *in loco*.

Interpelando directamente as Nações Unidas, o CPS instou o seu Secretário-geral a acelerar a

¹ Marcada na sequência da decisão da Cimeira da UA, "Silenciar as armas", realizada em 6 de Dezembro de 2020.



Fig. 1: Um "não-evento" para Marrocos

nomeação de um novo Enviado Pessoal e este a trabalhar em estreita colaboração com a UA, de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas e do quadro UA-ONU. Instou ainda o Secretário-geral a solicitar ao Conselheiro Jurídico das Nações Unidas que se pronuncie sobre a abertura de consulados no território ocupado do Sahara Ocidental.

No **discurso perante o CPS**, o Presidente saharauí, Brahim Ghali, apelou à UA para que assuma as suas responsabilidades históricas e futuras na descolonização do Sahara Ocidental, bem como na capacitação do povo saharauí para exercer o seu direito à autodeterminação e independência.

«[...] Infelizmente, desde 13 de Novembro de 2020, o confronto armado voltou ao Sahara Ocidental, na sequência de uma acção militar agressiva das forças marroquinas e da ocupação de novas zonas do território da RASD, em flagrante violação do acordo de cessar-fogo assinado pelas duas partes, a saharauí e a marroquina, há trinta anos, sob os auspícios e tutela da ONU e da UA, no quadro do Plano de Resolução que prevê a organização de um referendo de autodeterminação.(...).

«A comunidade internacional (Nações Unidas, União Africana, Tribunal Internacional de Justiça, Tribunal Europeu de Justiça e outros) adopta uma posição jurídica clara em relação ao Sahara Ocidental, bem como ao Reino de Marrocos, considerando-os dois países separados e distintos. (...).

«Colocamos a UA perante a sua responsabilidade e o seu dever em relação a esta questão africana. Dizer que a União não deve desempenhar um papel de liderança no dossier do Sahara Ocidental, ao lado da ONU, é uma declaração que contradiz a verdade histórica e contradiz a responsabilidade da UA de defender os seus princípios e objectivos. (...).

«Para a história, recorde-se que a nossa organização continental foi sujeita, em mais de uma ocasião, a acções irresponsáveis do Reino de Marrocos, [...] como a expulsão humilhante da componente africana da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental, MINURSO.

«A falta de uma posição firme sobre esta expulsão, que até hoje não foi abordada, nem pelas Nações Unidas nem pela União Africana, encorajou o Reino de Marrocos a continuar a subestimar a nossa organização continental, procurando abertamente esvaziá-la do seu dever, responsabilidade e capacidade para completar a descolonização do continente e resolver os problemas africanos, como o conflito entre a RASD e o Reino de Marrocos.

«Os líderes africanos, ao acolherem a candidatura do Reino de Marrocos para adesão à União Africana em 2017, não deixaram de explicar que o objectivo é aumentar a capacidade da UA de encontrar soluções africanas para os seus problemas e de proporcionar a oportunidade de unir os nossos países e povos em torno dos valores básicos dos membros fundadores da UA, que são a solidariedade, a unidade, a liberdade e a igualdade (...).

«Porém, passados mais de quatro anos, não assistimos a nenhum progresso nessa direcção, mas sim a uma expansão do Reino de Marrocos na sua intransigência e flagrante violação do Acto Constitutivo da União Africana. A agressão, a aquisição de território pela força e o rompimento das fronteiras dos Estados-membros são as maiores ameaças à estabilidade do continente e à existência e harmonia da UA, além de serem considerados precedentes que não podem ser tolerados. Podemos aceitar que um país africano se torne uma potência colonial que destrói todos os princípios e valores comuns da nossa organização e dos nossos povos?»

Pressionado a **comentar os resultados desta reunião** do CPS, o ministro dos Negócios Estrangeiros de

Marrocos, Nasser Bourita, considerou-a um «não-evento», afirmando que a «resolução do CPS da UA sobre o Sahara Ocidental não é um assunto de Marrocos» e assegurando a exclusividade da ONU na resolução do conflito do Sahara Ocidental.